

Desafios do feminismo no Brasil

Carmen Silva
Juliana Borges
Edjane Rodrigues Silva
Priscilla Brito

DEZEMBRO DE 2018

- Vivemos algumas ondas internacionais, sendo possivelmente as principais o feminismo, de um lado, e o conservadorismo, de outro. No Brasil essas ondas também são sentidas com força.
- A vitória eleitoral do candidato da extrema direita no Brasil segue a onda do crescimento das novas direitas ultraconservadoras em outras partes do mundo. Mas vem acompanhada de resistência das mulheres nos vários espaços, das ruas às redes, em várias frentes e com muitas pautas.
- Nesse contexto é mais do que oportuno refletir sobre os atuais desafios do feminismo no Brasil. Para contribuir nessa reflexão, a FES e SOS Corpo tomaram a iniciativa de propor um ciclo de debates com vistas a promover um espaço de diálogo e de análise que contribua para fortalecer o feminismo, a democracia e movimentar ainda mais as mulheres. Esta publicação é fruto do debate inaugural desse ciclo, que tratou dos Desafios do feminismo no Brasil, realizado em setembro de 2018, ainda antes do primeiro turno das eleições.
- Para estimular o debate, quatro convidadas apresentaram seus pontos de vista sobre esses desafios, sistematizados nos artigos que seguem: *Movimentos feministas, para onde vamos?*, de Carmen Silva; *Mulheres negras: das vidas precárias à alternativa política por liberdade*, de Juliana Borges; *Desafios do feminismo frente às políticas públicas para o campo*, de Edjane Rodrigues Silva; e *Feminismo e internet: desafios a partir da relação entre “redes” e “ruas”*, de Priscilla Brito.



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Sumário

Apresentação	3
Movimentos feministas: para onde vamos?	5
<i>Carmen Silva</i>	
Mulheres negras: das vidas precárias à alternativa política por liberdade	11
<i>Juliana Borges</i>	
Desafios do feminismo frente às políticas públicas para o campo.....	18
<i>Edjane Rodrigues Silva</i>	
Feminismo e internet: desafios a partir da relação entre as “redes” e as “ruas”	21
<i>Priscilla Brito</i>	



Apresentação

Vivemos algumas ondas internacionais, sendo as principais, possivelmente, o feminismo, de um lado, e o conservadorismo, de outro. No Brasil essas ondas também são sentidas com força.

A eleição da primeira mulher à Presidência da República em 2010 foi um marco simbólico que, mesmo não sendo acompanhada de uma maior presença das mulheres na política, trouxe visibilidade para temas políticos da agenda feminista. Em 2015, o tema da legalização do aborto levou milhares de mulheres às ruas na chamada “Primavera das Mulheres Brasileiras” em protesto contra o PL 5069/2013, de autoria do então deputado Eduardo Cunha, que ameaçava o direito ao aborto legal e dificultava o atendimento às vítimas de violência sexual. Não casualmente esse deputado – um dos protagonistas nos ataques às mulheres, negras e negros e LBGTS, foi um dos principais articuladores do processo que destituiu, sem que houvesse crime de responsabilidade, a Presidenta democraticamente eleita e que foi alvo de absurdos ataques misóginos.

As medidas tomadas pelo governo ilegítimo a partir de 2016, de desmonte das conquistas sociais e ataques aos direitos com a agenda de reformas, vêm afetando sobremaneira as mulheres e as suas pautas, mas não sem gerar resistência. Resistência essa que vem de vários lugares e com diversas formas de luta e de expressão. A execução de Marielle Franco, feminista, negra, favelada, lésbica e extremamente atuante na agenda da Segurança Pública, numa visão progressista, segue causando indignação, e ainda mais porque passados oito meses não há sinal de que se chegará aos culpados. Seu legado se converte em inspiração para novas lutas contra as várias opressões.

No recente processo eleitoral, realizado num

contexto de extrema polarização social, mais uma vez as mulheres saíram às ruas em todo o país e realizaram grandes manifestações em repúdio ao candidato de extrema direita à presidência sob a chamada #EleNão. A campanha do mesmo candidato, contando com financiamento empresarial ilegal, manipulou grosseiramente as imagens das manifestações e invadiu as redes com notícias falsas, bem como tantas outras mentiras sobre diversos temas.

A vitória eleitoral do candidato da extrema direita no Brasil segue a onda do crescimento das novas direitas ultraconservadoras em outras partes do mundo. Mas vem acompanhada de resistência dos movimentos sociais e das mulheres nos vários espaços: nos bairros, nos quilombos, nos sindicatos, nas aldeias, nas escolas, nas universidades, na internet... São inúmeras frentes e muitas pautas.

Nesse contexto é mais do que oportuno refletir sobre os atuais desafios do feminismo no Brasil. Para contribuir nessa reflexão, a FES e SOS Corpo tomaram a iniciativa de propor um ciclo de debates com vistas a promover um espaço de diálogo sistemático e de análise que contribua para fortalecer o feminismo, a democracia e movimentar ainda mais as mulheres. Esta publicação é fruto do debate inaugural desse ciclo, que tratou dos **Desafios do feminismo no Brasil**, realizado em setembro de 2018, ainda antes do primeiro turno das eleições. Para estimular o debate, quatro convidadas apresentaram seus pontos de vista sobre esses desafios, sintetizados nos textos que seguem. Os textos não se propõem a refletir todo o debate realizado – que incluiu, além das abordagens aqui tratadas, também as perspectivas das trabalhadoras e das juventudes, dentre outras – mas sistematizam análises sobre as questões que devem estar na pauta do feminismo e do movimento feminista.



O primeiro, de Carmen Silva, “Movimentos feministas: para onde vamos?”, parte de uma caracterização da conjuntura brasileira, e do feminismo como um movimento social de mulheres, para analisar a organização política das mulheres e seus desafios a partir do campo que autora denomina como “feminismo popular e antissistêmico”. Dentre os desafios, a autora destaca: compreender-se na sua diversidade organizativa, situar-se em relação ao campo político da esquerda, unir-se aos outros movimentos sociais no enfrentamento da conjuntura política e econômica, distinguindo para tanto as causas prioritárias e com capacidade de mobilização.

O segundo artigo, de Juliana Borges, “Mulheres negras: das vidas precárias à alternativa política por liberdade”, inicia com análise do sequestro do Estado pelo capital e das relações neoliberais que, ao se estabelecerem, operam por uma política de exclusão de grupos que não têm lugar no sistema. Nesse cenário complexo, as resistências surgem, assim como outras formas de organização e de luta, como a que se constitui a partir dos feminismos negro e interseccional. A autora apresenta algumas premissas desses feminismos: pluralidade, diversidade, anticapitalista e radicalmente democrática – em diálogo com autoras como Patricia Hill e Angela Davis. Analisando as relações sociais de poder e o racismo estrutural, a autora chega ao exemplo mais forte da precariedade a que são submetidas as vidas negras – o Sistema de Justiça Criminal – e chama a atenção para o pouco que ainda se lida com o cárcere feminino. A vulnerabilidade das mulheres no sistema prisional deve ser uma das pautas mais importantes.

O terceiro artigo, de Edjane Rodrigues, “Desafios do feminismo frente às Políticas Públicas para o campo”, que traz a perspectiva de uma jovem liderança sindical rural do interior de Alagoas. Através da sua história

de luta por políticas públicas para o campo, a autora mostra a importância das lutas das mulheres agricultoras nas conquistas sociais e políticas, obtidas, em sua maioria, na era dos governos progressistas. Tais conquistas foram interrompidas pelo golpe jurídico-parlamentar-midiático que depôs a presidenta Dilma Rousseff, mas nem isso diminuiu a resistência e disposição de luta das mulheres no campo.

O quarto e último artigo, de Priscilla Brito, “Feminismo e internet: desafios a partir da relação entre as ‘redes’ e as ‘ruas’”, traz a perspectiva do uso da internet pelas feministas para a difusão e debate de ideias e dos desafios colocados nesse campo. A autora versa sobre as possibilidades de ação frente à ascensão da direita conservadora, analisando o impacto da internet na formação das novas gerações feministas. Para tanto, recorre ao conceito de gerações políticas, já que as mudanças não se restringem à juventude e nem são novidades por completo. A autora aborda a interação entre “ruas” e “redes” no movimento feminista, tomando o “online” e “off line” ou “real” e “virtual” como aspectos da experiência social cotidiana. Por fim reflete sobre o papel das feministas que inicialmente são as responsáveis por chamar e mobilizar outras, pois a forma como usam as ferramentas virtuais são novidades nas formas de organização e de conhecimento sobre os repertórios disponíveis para ação.

Vivemos uma conjuntura polarizada, marcada pelo aumento da representação política institucional de grupos conservadores, da extrema direita e de fundamentalistas evangélicos. Mas é também uma conjuntura que vem sendo marcada por muita resistência, também das mulheres. Que essa publicação possa contribuir para aprofundar essas reflexões e essa ação política das mulheres!

Boa leitura.



Movimentos feministas: para onde vamos?

Carmen Silva

“Vivemos algumas ondas internacionais, sendo possivelmente as principais o feminismo, de um lado, e o conservadorismo, de outro; no Brasil essas ondas também são sentidas com força”. Esta frase no convite feito pela FES para o debate sobre Desafios Atuais do Feminismo no Brasil diz muito do contexto que estamos vivendo no mundo. Dá indicações também de que isso teria expressão no Brasil, o que, de fato, se verifica com as manifestações em torno da ideia de combate ao fascismo puxadas pelas mulheres no período eleitoral. Neste artigo caracterizarei a conjuntura brasileira brevemente para em seguida abordar os desafios para o feminismo, a partir do lugar em que me situo neste movimento. Apesar de assumir totalmente as ideias expostas aqui, eu as construí coletivamente no interior do movimento que participo, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é um agrupamento local da Articulação de Mulheres Brasileiras.

A AMB nasceu do processo de preparação do movimento de mulheres brasileiro para participar da conferência de mulheres da ONU, em Beijing, em 1995. Depois se voltou para monitorar as leis e políticas públicas derivadas dela no Brasil. Com muitos debates internos, e a partir da diversificação de suas lutas, foi reconstruindo os seus marcos de referência e alterando a sua composição interna. Hoje a AMB é um movimento feminista antissistêmico, isto é, que se organiza em torno de lutas antipatriarcais, antirracistas e anti-capitalistas. A sua composição é de mulheres da classe trabalhadora, majoritariamente negras e pobres, que constroem no seu cotidiano um feminismo popular. É a partir dos debates

neste movimento que penso os desafios atuais do feminismo no Brasil.

Em relação à conjuntura política no Brasil viemos afirmando que tivemos um golpe parlamentar em 2016, travestido de impedimento legal da presidenta Dilma Rousseff, eleita pela maioria do povo brasileiro. Foi um golpe com forte apoio jurídico e da mídia corporativa. Golpe que tem um caráter ultraneoliberal, racista e patriarcal. Ultraneoliberal porque o objetivo primeiro é alinhar o Brasil com a política das megacorporações internacionais, privatizar as empresas públicas, tomar conta de todas as riquezas nacionais, incluindo os bens comuns, e fragilizar a classe trabalhadora, arrancando-lhe a legislação trabalhista conquistada na década de 1930 e ampliando o desemprego e a precarização do trabalho.

A campanha midiática e de movimentação social promovida por ocasião do golpe pelos setores conservadores já demonstrava o seu caráter misógino. A presidenta Dilma foi por diversas vezes atacada a partir de sua caracterização como mulher. Foi estuprada simbolicamente através de imagens aludindo a mangueira de bomba de gasolina penetrando seu corpo. Nas manifestações de direita nas ruas eram comuns as frases de efeito racistas e depreciativas das mulheres. O governo que se instalou, junto com o Congresso, tem promovido uma onda vertiginosa de regressão de direitos. Nesta situação, a corda arrebenta do lado do mais fraco. Ou seja, as mulheres trabalhadoras, pobres e negras, estão pagando a crise mais que todas as pessoas, embora muito mais gente esteja perdendo direitos. Isso também demonstra o caráter patriarcal e racista do golpe.

As medidas do governo de Temer, aprovadas no Congresso Nacional, foram organizadas para fazer valer este caráter do golpe. Um



exemplo gritante é a Emenda Constitucional 95, que estabelece o congelamento dos gastos sociais por 20 anos que, na prática, significa reduções drásticas nas políticas públicas voltadas para atender as pessoas pobres. Desta feita, o trabalho de cuidados da saúde e de assistência social, sem a atuação do Estado, recairão sobre as costas das mulheres já sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho.

Além disso, o Golpe favoreceu a liberação do ódio de classe e racista, a misoginia e todos os tipos de violências contra quem consideram o “Outro”, sejam mulheres, negros ou LGBTQs, como tão bem ficou demonstrado no decorrer da campanha eleitoral. Isso se somou à já crescente onda fundamentalista neopentecostal e tomou ares de fascismo. Neste sentido, o Brasil se alinhou ao mesmo tempo, ao ultraliberalismo da nova direita no mundo e a crescente onda fascizante na vida social.

Até o momento não é possível afirmar qual o desfecho desta conjuntura. Mas é sabido que, independentemente dos resultados eleitorais, as forças político-culturais que vieram à tona nesta eleição não serão insignificantes. Na feliz hipótese de um governo de esquerda ou centro esquerda, há muita luta a fazer, a partir dos movimentos sociais, para que as medidas do golpe sejam revogadas. Só com a anulação das medidas do golpe será possível um governo capaz de enfrentar, ainda que parcialmente, as profundas desigualdades na realidade brasileira. Aí está um primeiro grande desafio para o movimento feminista: lutar pela revogação das medidas do golpe a fim de resgatar as possibilidades de políticas que enfrentem as desigualdades em que vivemos nós mulheres.

O feminismo tem um corpo de pensamento teórico já estabelecido e que se renova a cada dia, e é também uma forma de viver a vida e de

estar no mundo, ou seja, algo que as pessoas tomam como referência para suas decisões e modos de construir a si mesmas, se relacionar e existir no mundo. Mas é também um movimento social. Aqui falo do feminismo como um movimento social de mulheres, em torno da causa das mulheres. É um movimento amplo e aberto, com diversas formas de participação e organização. Um movimento plural, que congrega diferentes tipos de mulheres em situações sociais diferentes e desiguais entre si, com indígenas, negras, rurais, periféricas, trans, cis, lésbicas, intelectuais, trabalhadoras, classe média, jovens e mais velhas... Mas as mulheres têm elementos em comum, aquilo que nos faz sentirmo-nos todas mulheres, a nossa experiência de dominação e exploração pelo fato de sermos socialmente mulheres. Certamente, para além do sexo e da identidade de gênero, as relações sociais de classe e as relações raciais estruturam todas estas situações das mulheres.

O movimento feminista tem pouco centralismo¹, ou seja, tem dificuldades de tomar decisões conjuntas e de garanti-las como ação permanente. Isto porque ele não está centralizado em uma organização geral federativa, como outros movimentos sociais. Existem alguns movimentos organizados no seu interior, a exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Marcha Mundial de Mulheres, mas o movimento feminista é muito mais amplo. No interior do movimento feminista existem também vários coletivos que atuam localmente e que se articulam com outros esporadicamente; alguns coletivos que atuam prioritariamente nas redes sociais virtuais; e, mulheres que, individualmente, fazem ações de movimento, participam, estudam, publi-

1. Utilizo a expressão no sentido discutido por José Maurício Domingues. Ver DOMINGUES, DOMINGUES, José Maurício. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade contemporânea. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.



cam, fazem arte e acolhem outras mulheres. Mas, apesar disso, o movimento está ampliando a cada dia a sua capacidade de ação coletiva, seja com fortes mobilizações, seja com ações diretas, ou com redes de solidariedade e acolhimento locais. A primavera feminista² em 2015 em torno da bandeira Fora Cunha e Contra o PL 5069 sobre o aborto é um exemplo forte, mas a capacidade de articulação do movimento se expressa em várias ações de resistência ao golpe e em seus dias de luta, como no enfretamento à violência contra as mulheres e na luta pela legalização do aborto.

O ano de 2015 foi marcado pela presença dos movimentos de mulheres nas ruas, no contexto da retomada de manifestações públicas frente à crise político institucional e tentativa de rearticulação do campo político dos movimentos sociais. A Marcha das Margaridas, em agosto, reuniu 70 mil participantes, na maioria trabalhadoras rurais. A Marcha de Mulheres Negras congregou 20 mil, em dezembro³. Ambas ocorreram em Brasília, em paralelo, ao ciclo de protestos “Fora Cunha”, que levou milhares de manifestantes às ruas, na grande maioria das capitais. Os dois primeiros eventos podem ser lidos a partir da formulação de Tarrow⁴, como protestos contidos, uma vez que foram ambos resultados de processos preparatórios, que ocorreram nos estados, com ciclos de debates, construção de pautas e negociações com os poderes públicos. Já o ciclo de protestos “Fora Cunha” eclode em função das exigências da conjuntura, ou seja, uma oportunidade política, e se torna possível a partir da ar-

ticulação local de vários coletivos e movimentos e mais amplamente nas redes sociais na internet, sem contar para isso com um longo processo preparatório e sem uma definição muito precisa de sua pauta no sentido de proposição, mas sim de rejeição, no caso ao PL 5069.

Nos últimos anos registra-se um grande crescimento da adesão ao feminismo: na internet e na vida presencial. Chama atenção especialmente o crescimento entre jovens, entre mulheres populares e negras e entre mulheres atuantes em movimentos sociais mistos. O grande crescimento de número de coletivos jovens nos últimos anos é incontestável. O advento da Marcha das Vadias⁵, em 2012, manifestação que nos seus primeiros anos, ocorreu em todas as capitais, foi um marco neste processo. Alguns coletivos tem curta duração mas muitos permanecem e se articulam entre si para várias ações políticas, no mínimo por ocasião do 08 de março, dia de luta das mulheres. Existem também muitos grupos que atuam na internet, criam sites, páginas de facebook e blogs, como o Blogueiras Feministas e o Blogueiras Negras, que são apenas dois exemplos mais famosos e já antigos desta forma de atuação. As séries de campanhas de depoimentos baseadas em *hashtags* demonstram a força desta atuação, mas a isso se soma o forte debate feminista na internet, com busca ativa realizada por cada vez mais jovens mulheres, adolescentes, que despontam para o feminismo. A força das atitudes feministas de adolescentes foi um elemento central nas ocupações das escolas secundaristas em 2014/2015⁶.

2. Ver BRITO, Priscilla. Primavera das Mulheres. Rio de Janeiro, UERJ, 2017, dissertação de mestrado.

3. O número de participantes das duas Marchas está sendo citado a partir das informações das organizações que coordenaram o processo. Eles podem diferir dos dados divulgados pela mídia corporativa, em função da disputa de construção de significados sobre os movimentos sociais.

4. Ver TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis RJ: Vozes. 2009.

5. Ver HERMIDA, Viviane. Usos do corpo na expressão política dos feminismos: uma perspectiva histórica. Salvador: NEIM/UFBA, 2018, tese de doutorado. 2018 e ATHAYDE, Thayz Conceição Cunha de. A Marcha das Vadias e a escola: feminismo, corpo e (bio) política. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2015. 168 f.

6. Ver CAMPOS, Antonia M. et al. Escolas de Luta. Coleção Baderna. São Paulo, Veneta, 2016, 352 p.



O Movimento de Mulheres Camponesas, que integra a Via Campesina, já há muitos anos vem construindo o feminismo camponês, porém, recentemente, mulheres de outros movimentos da Via vem assumindo a perspectiva feminista, a exemplo das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também há registro de crescimento do feminismo entre populações tradicionais, notadamente quilombolas, indígenas e pescadoras, o que fica demonstrado nos temas em debate em seus encontros nacionais. Na CUT a organização de mulheres já tem uma longa história, chegando a conquista da paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção. No interior do movimento de mulheres negras também cresce com a marca do feminismo negro, e na Amazônia, com uma elaboração própria, o feminismo afro-amazônico. Entre mulheres periféricas a presença feminista tem se fortalecido nos agrupamentos locais da AMB e também entre as jovens negras que se organizam em vários coletivos, muitos ligados ao ativismo, nas periferias de grandes cidades. Uma novidade importante é a Rede Feminista Antiproibicionista, pela capacidade que vem demonstrando de pautar a luta por uma nova política de drogas e o desencarceramento, articulando, na sua experiências, as mulheres de periferia.

Entendo o feminismo popular⁷ tanto a partir da composição de classe como do projeto político em torno do qual a articulação se forma, ou seja, seu quadro de referência de interpretação da realidade das mulheres e de definição de suas causas e do seu modo de atuar. Na AMB definimo-nos por um feminismo antissistêmico, que define suas lutas procurando enfrentar o patriarcado, o racismo e o capitalismo da forma como a imbricação destes sistemas se expressa na vida social, no cotidiano das mulheres. Mas

o crescimento do feminismo entre mulheres de classes populares é mais amplo que a AMB, como já demonstramos. Entre os feminismos populares há aqueles que articulam mais a questão de raça e gênero, outros se definem a partir de classe e gênero e outros ainda procuram relacionar sexo, identidades de gênero entre si ou com raça ou classe. Pensar o projeto político feminista a partir do enfrentamento ao sistema patriarcal-racista-capitalista segue sendo uma tarefa difícil, um desafio para fazer avançar o movimento.

Pensando o crescimento do movimento feminista, e esta largueza que o faz forte e fraco ao mesmo tempo, quais são os desafios que se colocam neste momento do Brasil? Responder a esta pergunta exige pensar o movimento feminista como um todo, mas o meu desafio pessoal é fazê-lo a partir do feminismo popular e antissistêmico que vem sendo construído na AMB e em vários outros movimentos sociais, em especial no nordeste do país e nesta difícil conjuntura regressiva.

O feminismo está desafiado a compreender-se na sua diversidade organizativa e nas suas diferentes causas. Como dissemos, existem neste movimento fluido e amplo, uma grande diversidade de formas de organização e com suas diferentes causas. Há também sensíveis diferenças de formas de pertencimento, de maneiras de produzir mobilização social e diferentes vínculos com outros movimentos sociais e com o campo de esquerda com um todo. Sabendo que como nós, mulheres, somos 50% da humanidade, todas as causas são causas das mulheres, tudo nos interessa! Mas tem coisas que só nós fazemos por nós mesmas, só nós lutamos com radicalidade por nossa autonomia sobre nossos corpos. O desafio principal, portanto, é construir de forma compartilhada leituras sobre o próprio movimento. Existem muitos estudos, reflexões

7. Ver SILVA, Carmen. *Feminismo Popular e lutas antissistêmicas*. Recife, SOS Corpo, 2017.



e encontros sobre as causas que movem as mulheres, mas muito pouco se debate sobre suas formas de organização e suas referências político-organizativas. Este é um ponto de partida importante para aprofundar a reflexão sobre as práticas articulatórias que este movimento desenvolve⁸.

Do ponto de vistas das mulheres populares a questão organizativa é um elemento central em função das interdições à participação política que as condições de vida promovem. O desafio de ser feminista na situação atual das periferias urbanas, nos bolsões de desenvolvimento em zonas rurais ou afastadas dos grandes centros e entre populações tradicionais, exige organizações e/ou articulações movimentalistas que tenham um modo de ser e uma metodologia de ação capaz de enfrentar os limites de participação que lhes são impostos. Problemas de deslocamento para reuniões, de participação em eventos noturnos longe da residência, de domínio do código escrito, de livre acesso à internet, de formas de debater que pressupõem quadros de referências não usuais na vida popular, tudo isso são questões que precisam ser levadas em conta para garantir a participação de mulheres de classes populares.

Um outro desafio atual do movimento feminista é situar-se em relação ao campo político de esquerda, entendendo, no seu interior, o campo democrático e popular, vendo-o criticamente, tanto o seu processo de esgarçamento como sua tentativa de reconstituição com a Frente Brasil Popular no pós-golpe e, ainda, analisando os caminhos que o campo de esquerda pode trilhar neste momento pós-eleitoral. O campo político de esquerda, em especial a sua fração partidária, se orienta pela

análise da realidade tendo como eixo central o conflito capital e trabalho. São poucos os setores que absorvem nas análises o debate sobre outras relações sociais que, para o feminismo são igualmente centrais, como as relações sociais de sexo e de raça. Algumas articulações movimentalistas feministas, pela suas posições políticas e trajetórias históricas, estão situadas mais próximas ao núcleo central deste campo, e algumas mais distantes⁹. Todavia, considerando que o campo de esquerda não é constituído só de partidos políticos e/ou de movimento vinculados ideologicamente a eles, importa compreender e situar-se enquanto esquerda social, a partir de ideias sempre caras ao movimento feminista como autonomia e horizontalidade.

Na conjuntura que se abre pós processo eleitoral de 2018 não podemos prever exatamente como será a reorganização partidária e nem tampouco se o campo de esquerda sairá fortalecido ou se o seu ideário perderá peso, contudo o desafio do movimento feminista de se reposicionar frente a isso, pela esquerda, é uma exigência da própria luta em defesa das causas das mulheres.

Seguramente, o principal desafio do feminismo enquanto movimento social, segue sendo se unir aos outros movimentos sociais no enfrentamento da conjuntura política e econômica. Convém conversar sobre os vários desdobramentos desse quadro de instabilidade total que estamos vivendo: se vier o golpe dentro do golpe e o regime ficar mais fechado ou se der Haddad e for um governo de grande amplitude política, que vá além do escopo do governo Lula, as estratégias serão diferentes. Qualquer cenário que se abra vai exigir de nós muito mais organização, movimentação, capacidade de luta, com maior ou menor exi-

8. Um estudo importante sobre práticas articulatórias foi feito por BRANCO, Sophia. Recife, UFPE, 2018, dissertação de mestrado.

9. Ver SILVA, 2017.



gência de segurança e redes de solidariedade entre nós.

A situação das mulheres, em especial das mulheres negras e de classes populares, exige, em caso de governo Haddad, o compromisso e/ou a luta pela revogação das medidas do golpe. Sem anular o direcionamento dado pelo governo golpista no plano econômico e político não será possível a constituição de um patamar de esquerda para o novo governo, sequer poderão ser retomadas as políticas sociais e de direitos dos governos Lula e Dilma. Em defesa da democracia é preciso o novo governo ir além. A subida eleitoral da ultradireita fascista, assentada no lastro do golpe, liberou o ódio incrustado no racismo e sexismo à brasileira. Conter esta onda de violência é uma tarefa de todo mundo que defende o Estado democrático de direito e não apenas do feminismo. Precisaremos seguir lembrando isso aos homens de esquerda a cada momento. No caso de derrota, a tarefa será imensamente maior. Precisamos construir segurança para o ativismo nas redes sociais, mas também nas ações diretas e nas manifestações públicas, especialmente quando envolvem setores mais vulneráveis, mulheres periféricas, negras, transexuais, jovens, lésbicas, entre outras.

O desafio central, com o qual concluo, é gerarmos a capacidade de fazer lutas como um processo político articulado, com reivindicações ou proposições nítidas, com antagonistas bem definidos e com capacidade de acumulação de forças, e que nos levem a obter vitórias pontuais. Isso não é uma constante na história do movimento feminista brasileiro. Mas é um caminho para onde nossas práticas articulatórias atuais, com autonomia e horizontalidade, podem nos levar. Precisamos distinguir quais são as causas prioritárias e que tenham capacidade de nos unir e nos mobilizar em cada conjuntura. E também, a

partir de que tipo de prática articulatória, entre nós, poderemos tomar decisões conjuntas para impulsionar nossas lutas comuns, a fim de gerar movimentos irresistíveis, capaz de atrair milhões de mulheres para nossas causas.



Mulheres negras: das vidas precárias à alternativa política por liberdade

Juliana Borges

O sequestro do Estado pelo Capital tem se aprofundado e, se antes eram necessárias mediações nesta relação por uma classe política, não necessariamente proveniente do sistema, hoje o capitalismo tem apresentado, sem mediações, suas próprias representações para a “gerência” do Estado e seus interesses. Em determinados países, caso agora também do Brasil, vimos o avanço de uma agenda e atores políticos de direita e extrema-direita que, a despeito de suas sempre presenças no sistema político, se apresentam como *outsiders* ou antissistema. Contudo, este discurso justamente escamoteia interesses hegemônicos do atual processo de readequação sistêmica do neoliberalismo, no qual a barbárie se instaura. Somma-se a isso, o aprofundamento da crítica e apatia à democracia representativa como sistema político vigente numa crise de representação e participação. Neste sentido, nunca foi tão importante retomar e defender o conceito de Democracia, ao mesmo tempo em que é tão importante discuti-lo e ressignificá-lo.

Neste sentido, é importante considerar e refletir em torno do pensamento do sociólogo camaronês Achille Mbembe de que este reordenamento sistêmico não mais prevê o controle sobre os corpos para que sobrevivam em condições mínimas, ou seja uma política do “deixar viver”. Mas, cada vez mais se aprofunda uma racionalidade na irracionalidade, de aparatos sendo reorganizados para operar a lógica do “deixar morrer”. Ao cunhar o conceito de *necropolítica*, o sociólogo está apresentando o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer. É um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o

status político dos sujeitos. A diminuição ao biológico desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedades e inumanidades. No entanto, para o sociólogo há racionalidade na irracionalidade deste extermínio. Utilizam-se técnicas, desenvolvem-se aparatos meticulosamente planejados para a execução desta política de desaparecimento e de morte. Ou seja, não há, nesta lógica sistêmica, a intencionalidade de controle de determinados corpos de determinados grupos sociais. O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não tem lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio. E este reordenamento torna inviável a coexistência de democracia e de capitalismo.

Neste cenário e apresentação complexa de como estão sendo reestabelecidas sistemicamente as relações, também surgem resistências. Afirmar que há uma crise na democracia representativa demarca que, apesar destes questionamentos maiores à representação e à participação em espaços institucionalizados e esvaziados de deliberação, diversas outras formas de organização e luta têm surgido. Uma luta anticapitalista que se constitui a partir, em grande parte, dos movimentos feministas, notadamente dos feminismos negro e interseccional.

Feminismo é um movimento político e de transformação que disputa todas as esferas da vida e de poder. Não por acaso, feministas cunharam a expressão de que “o pessoal é político”, tendo por objetivo lançar à esfera pública as desigualdades de gênero, bem como impulsionar, com isso, a defesa de uma sociedade igualitária. Neste sentido, o feminismo é uma ideologia e, como tal, constitui e disputa um projeto de mundo que abarca todas as esferas, sejam elas filosóficas, sociológicas e econômicas.



O pensamento feminista negro, por sua vez, se estabelece apontando, a princípio, o elemento da pluralidade de existências e pautando-se contra universalidades. A socióloga afro-americana Patricia Hill Collins aponta as questões centrais deste pensamento. Uma das premissas é de que o pensamento feminista negro não é um aditivo de outros feminismos, mas uma formulação a partir das necessidades, conhecimentos e formas de atuação política próprias das mulheres negras. Dos pontos defendidos pela intelectual, constituem-se alguns elementos centrais do pensamento feminista negro: a defesa de si conectada a defesa do outro, ou seja, o senso de humanidade indissociável da luta feminista negra, tendo em vista o processo de desumanização que corpos negros passaram seja das populações negras em diáspora, seja da constante desumanização das populações negras em África; a interseccionalidade, que evoca a heterogeneidade; a disputa pelo poder, e não de identidades, como centro deste pensamento, tendo na luta anticapitalista sua forma, já que o Capitalismo é um sistema indissociável das desigualdades e da dominação do outro visando o lucro e acúmulo e concentração de riquezas; e a descolonização dos corpos, mentes e espíritos negros, seja na noção metafórica, seja na noção literal e de entendimento de defesa da liberdade.

Sendo o pensamento feminista negro constituído da disputa pelo poder; anticapitalista, pela oposição à dominação do outro; e da luta pela descolonização dos corpos, tendo como objetivo à liberdade e real emancipação, nos parece que a discussão em torno deste momento fundamental de respaldo pelas urnas da extrema direita autoritária, que é preciso construir diálogos, espectros amplos nos quais a diversidade seja princípio democrático.

A premissa da defesa de si como conectada a defesa do outro, é constitutiva do Feminismo

Negro. Neste sentido, a alteridade se coloca como elemento central para possibilitar uma reorganização radical sobre cidadania e direitos construídos sob premissas multiculturais. Ou seja, a constituição da existência de si passa pela existência do outro. Esta premissa do feminismo negro se configura já como anticapitalista e radicalmente democrática, ao passo que nega relações de dominação sem apagar a autonomia e a existência do indivíduo e suas liberdades. Mas o faz no sentido de igualdade, coabitação e coexistência, se defrontando fortemente ao individualismo capitalista.

A heterogeneidade, a partir do conceito da interseccionalidade, é outro princípio do feminismo negro. Se queremos, na reconfiguração do conceito, em constante movimento e disputa, a democracia como uma construção radical de participação, atuação e pluralidades, bem como abarcando a multiplicidade de vozes, representações e autorrepresentações temos, então, outro princípio central que articula o pensamento feminista negro e as ideias democráticas.

Há a importante questão que gostaria de salientar: a construção de novas existências individuais e coletivas não é o ponto de diluição do contexto de luta histórico da classe trabalhadora como agente de transformação. Pelo contrário. Perceber e impulsionar estas novas existências, que questionam indissociavelmente as hegemonias capitalista, machista e racista, é compreender as mudanças no modelo de produção capitalista, inclusive nas suas relações.

Com a complexidade que o capitalismo tomou, ao articular-se indissociavelmente das opressões de raça e classe, ao partir do pensamento feminista negro, sempre de olhar interseccional, temos um enquadramento mais sofisticado para discutir estas existências e, portanto, garantir a



multiplicidade de construções nas estruturas sociais e de embate sistêmico.

Mulheres, Raça e Classe, de Angela Davis, é um texto brilhante que aponta muitas das questões que permeiam as construções e formulações do “pensamento feminista negro” ou o “pensamento radical de mulheres negras”. Publicado em 1981, o livro é considerado um clássico tanto do ponto de vista epistemológico quanto político, posto que aponta a necessária, e indissociável, relação entre a pesquisa acadêmica e o conhecimento e a militância política.

A autora desenvolve uma narrativa alicerçada em perspectivas histórica e teórica, conferindo não apenas legitimidade à reflexão apresentada, mas também ampliando e deslocando o olhar do leitor de ortodoxias. Não se trata, portanto, de um questionamento negativo, mas de atenção e complementaridade em que devem se basear projetos políticos verdadeiramente radicais e emancipatórios.

Essa perspectiva fica evidente ao ver como a autora articula diversas temáticas que fundamentam as bases para a libertação da população negra, com foco nas mulheres negras, e, portanto, de toda a sociedade. Não à toa, Davis inicia o livro tratando do legado da escravidão para pensarmos a subalternidade histórica a qual mulheres negras foram submetidas, estabelecendo os parâmetros para a construção de uma nova condição social das mulheres, e o finaliza com o questionamento do trabalho doméstico, apontando-o como marca da herança escravocrata nos EUA, que pode certamente ser aplicado ao Brasil, onde 52% desse trabalho é exercido por mulheres negras. Davis ainda destaca o quão obsoleta e opressora é essa forma de trabalho, não apenas pelo sexismo e racismo inerentes, mas principalmente por apresentar historicamente essa forma de trabalho como fruto do pro-

cesso de “separação estrutural entre a economia doméstica e a economia pública” (p. 238) e o quanto essa diferenciação exclui essa força de trabalho do processo de produção capitalista. Ou seja, o capitalismo beneficia-se desse trabalho tanto pela minimização deste, posto que não gera lucro, quanto pelo conjunto de trabalhadoras exploráveis que gera, uma vez que essa “improdutividade” inerente o precariza. O trabalho doméstico é, portanto, uma forma de perpetuar essa submissão das mulheres negras, por serem a base da pirâmide.

Por isso, a potência da afirmação de que quando as mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta com elas. A afirmação não parte do abstrato. Mulheres negras compõe a base da pirâmide sócio-racial e mulheres de cor lideram em números a parcela mais vulnerável e precária no mundo. Este não é um dado do acaso. Conforme aponta Silvio Almeida, em *O que é racismo estrutural?*, da coleção *Feminismos Plurais*, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro (Letramento/Justificando), é impossível discutir o movimento do capitalismo sem analisar o fenômeno do colonialismo e, portanto, do racismo. Isto significa dizer que mais do que pensar o racismo como um elemento que perpassa instituições e relações sociais, o racismo é elemento estruturador, constituidor de instituições e todas as relações sociais, que estabelecerão desigualdades a partir de hierarquias socio-raciais. Em sendo, portanto, mulheres negras a base desta pirâmide de desigualdades, discutir e, mais do que isso, lutar ao lado, garantindo que estas vozes e pensamento produzido protagonize e ecoe luta política, é uma emergência se somos, de fato, pessoas comprometidas com a transformação de nossa sociedade.

Gosto sempre de citar uma provocação para reflexão feita por um amigo de discussões e



construções, Gabriel Rocha Gaspar, que diz que para estabelecermos um bom ponto de partida sobre o nosso país e as desigualdades é preciso começar sabendo que o Brasil é um país que leva o nome de *commodity*. Uma coisa a princípio irrelevante, traz no seu simbólico muito do que somos, de como nos constituímos enquanto sociedade. Este nome aponta um processo intencional no qual estas terras eram consideradas apenas para fins exploratórios e de dominação. Neste sentido, insere-se a dinâmica da segunda e mais importante mercadoria deste processo que é o corpo negro escravizado.

O processo colonial e as relações de poder têm, como um de seus matizes, o questionamento de identidades. Nesse processo de hierarquização e constituição de estruturas de poder, o colonialismo tem interseccionado, e como imprescindível em si, a racialização de características físicas e aspectos culturais dos povos explorados. Ou seja, os discursos e estereótipos construídos sobre o corpo e as culturas foram cruciais para o êxito e aceitação do processo colonial. Segundo a antropóloga Avtar Brah, a racialização do poder opera em e através dos corpos. Ou seja, esse discurso e essa representação são indissociáveis do poder político e econômico que constituem. Sem a racialização, o processo colonial e a hierarquização política e econômica teriam, sem dúvidas, maiores dificuldades de serem apreendidas e instituídas. E assim ainda o é para o pleno funcionamento da engrenagem neoliberal.

Estabelecer vidas negras como precárias significa mais do que nos manter neste papel de corpo-objeto, como também lograr os intentos de um projeto político desmotivador, desmobilizador, de insegurança e vulnerabilidade constante. Este, ainda, é o primeiro impacto deste estabelecimento de corpos negros como corpos precários.

Um exemplo contundente desta precariedade é o Sistema de Justiça Criminal, que tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. E os Feminismos devem se aprofundar mais sobre tão importante instituição nas normas e exercício de controle e extermínio.

Ainda lidamos pouco com o cárcere feminino. Muitos argumentam que isso ocorre devido ao número menor de mulheres em situação prisional, se comparado ao número de homens. Contudo, o sistema de justiça criminal teve modulações e ações diferentes no tratamento de homens e mulheres, considerando o Patriarcado interseccionado ao Racismo, para aplicação de punições. Ou seja, a situação das mulheres no cárcere sofre uma dupla invisibilidade, aprofundando a precarização destas vidas.

Podemos traçar um paralelo entre as punições femininas e as punições dos escravizados, já que ambas realizavam-se no âmbito privado. Por muito tempo, a punição das mulheres eram determinadas e executadas por seus cônjuges, e por motivação qualquer de incômodo entre eles. Ou seja, uma relação direta entre proprietário e propriedade, assim como se estabeleciam as relações entre senhores donos de escravos e escravizados, principalmente até o século XVIII.

Segundo Angela Davis, os sistemas punitivos têm sido marcados pela masculinidade porque refletem a estrutura legal, política e econômica negada às mulheres. O que significa dizer que, sendo o espaço público negado às mulheres e sendo o espaço doméstico e privado sua determinação de vida, as punições ocorriam neste domínio. Sem dúvidas, tratar das questões pri-



vadas e do ambiente doméstico ainda remete muito mais a vida das mulheres brancas, tendo em vista que mulheres negras, como aponta a própria Angela Davis, eram vistas como propriedades e objetos sem gênero para a exploração do trabalho. Contudo, quando passava-se à esfera da punição e do castigo, as punições às mulheres negras escravizadas remetiam ao seu recorte também de gênero.

A diferenciação entre mulheres brancas e negras no âmbito punitivo se apresenta, inclusive, em questões como as oportunidades para remissão de pena. As mulheres brancas, como aponta a estudiosa Carla Akotirene, pela maior escolaridade, recebem os melhores cargos de trabalho dentro da prisão.

Os espaços punitivos de hoje não rompem com os conceitos seculares de punição às mulheres carregados da esfera moral. Se por um lado são consideradas incorrigíveis, e se hoje muito instáveis e com problemas mentais, o sistema punitivo se apresenta como espaço de domesticação das mulheres. Ou seja, se houve a transgressão moral do papel social e o campo da criminologia adentrava uma perspectiva de “cura” e correção, caberia, então a recuperação de valores e de uma moral domesticada para as mulheres como esposas e mães, para as mulheres brancas, e boas domésticas e serventes para as mulheres negras.

Gênero é fator importantíssimo para compreendermos punição na contemporaneidade. Há várias formas de violência que são reproduzidas e aprofundadas no confinamento como características e padrões de violências psicológicas e físicas. Negligência médica, negação de acesso ao controle reprodutivo e a remédios são alguns dos exemplos de desrespeito e violência a que são submetidas as mulheres encarceradas. As prisões dependem da violência para funcionarem.

Sendo o patriarcado um sistema baseado na supremacia masculina e tendo apontado como isso acarreta impactos políticos, econômicos e, sobretudo, morais nas vidas das mulheres, o que teremos com este cenário de encarceramento é a realidade de penas mais duras para mulheres, principalmente negras ao adicionarmos o elemento racista, frente a delitos mais leves. 40,6% destas mulheres, quando foram presas, estavam desempregadas e em 96,5% dos autos de prisão a referências ao uso de drogas, reforçando uma narrativa de drogas como problema, invertendo a lógica de que, na verdade, são as vulnerabilidades sociais que levam ao uso abusivo de substâncias. A imensa maioria destas mulheres são responsáveis por seus familiares, filhos em uma rede de cuidados e sustento da família. 72% não chegou a concluir o Ensino Médio e, apesar da Lei de Execução Penal determinar que é dever do Estado fornecer assistência educacional, tanto como instrução escolar quanto profissional, apenas 25,3% das mulheres em situação prisional estão envolvidas em atividades educacionais formais.

Angela Davis tem uma frase contundente: as prisões são os depósitos dos detritos do capitalismo contemporâneo. Ou seja, constitutivas deste processo de precarização de vidas negras, de mortes simbólicas destas vidas precárias servindo ao projeto genocida.

Nossas comunidades estão cada dia mais militarizadas, cada dia mais sob vigilância e continuamos não nos sentindo seguros. É isso se dá porque este contexto está incluso neste projeto de precariedade e extermínio, de constituir os argumentos e apoio popular, inclusive das próprias comunidades, para uma guerra que marginaliza e mina suas próprias vidas. As prisões são produto de negligência e de políticas que tratam diferenças como desigualdades. As prisões são, ainda, este aparato



que reforça a precariedade das vidas negras, inserida na ideologia racista que visa controle, punição e extermínio de corpos negros em todas as esferas de organização e das relações sociais de nossa sociedade.

As vidas negras constituem esta “ralé”, como explica Jessé de Souza, que cito: “está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas ‘corpo’ mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade. Essa é também a razão da dificuldade de seus membros construírem qualquer fonte efetiva de autoconfiança e de estima social, que é, por sua vez, o fundamento de qualquer ação política autônoma.”

Para as mulheres negras, o empoderamento necessariamente perpassa uma luta e ganhos coletivos, se trata, portanto, de garantia de cidadania e direitos plenos, conforme aponta a intelectual e feminista negra Joice Berth, no qual todas subimos juntas e juntos em libertação. Neste sentido, discutir as condições de vida e de vulnerabilidade de nossas comunidades, de nossas mulheres mais invisibilizadas pelo sistema prisional deve ser uma de nossas pautas mais importantes. É esta engrenagem reordenada e reorganizada do racismo que continua a girar sob um novo marco, mais violento e que não visa apenas o controle sobre mulheres negras, mas o extermínio simbólico e físico de determinados grupos com marcadores sócio raciais definidos. Neste sentido, garantir a voz das mulheres encarceradas, discutir o cárcere, é um debate emergente para as mulheres feministas negras porque toca em vários princípios do pensamento feminista negro, bem como traz o enfoque da luta sobre liberdade.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018

_____. “Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios”. Coluna no Blog da Boitempo, Junho, 2017 Disponível em: <<https://blogda-boitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>>.

BRAH, Avtar. Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión. Espanha: Mapas 30, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. New York, London: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberly. “A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. *Are prisons obsolete?* New York: Seven Stories Press, 2003.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações penitenciárias: Infopen – Junho 2014, Ministério da Justiça, 2015.

_____. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias: InfoPen Mulheres – junho 2014, Ministério da Justiça, 2015.



_____. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias: InfoPen – junho 2016, Ministério da Justiça, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. [trad.: Libby Meintjes]. Public Culture. Duke University Press, 2003.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2004.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. Ó pa í, prezada!: racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. Dissertação. UFBA, 2016



Desafios do feminismo frente às políticas públicas para o campo

Edjane Rodrigues Silva

*“Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”
Margarida Alves*

Eu sempre acreditei no campo como um lugar bom de viver. Minha inspiração é a luta de Margarida Alves e por isso que a citei no começo do texto. Mulher guerreira, um símbolo para nós mulheres do campo, que durante sua vida lutou para fazer o Brasil avançar no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia e sem intolerância religiosa. Uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo de direção sindical.

Sou Edjane Rodrigues Silva, tenho 28 anos, filha de Maria Joseneide Rodrigues Gomes e mãe de Nicolas de 8 anos. Como Margarida Alves, a Dona Joseaneide, lutou pelo sonho de conquistar sua terra, onde pudesse plantar, criar seus animais e viver com tranquilidade no lindo sertão de Alagoas. E assim foi a minha criação, participando das reuniões do sindicato em Ouro Branco, pois foi na luta coletiva que mãinha conquistou a terra através do Crédito Fundiário.

Nesse movimento fui me interessando pelas pautas do movimento sindical e aos 18 anos me sindicalizei, sendo a primeira Coordenadora de Jovens do meu sindicato e, depois, Secretária Geral. Em 2013, fui eleita Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado de Alagoas (FETAG-AL). Em 2015, fui eleita

Secretária Nacional de Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e atualmente estou Secretária de Política Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Assim faço a minha história em busca de ações e políticas públicas que contribuam na construção de um desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade para o campo. Por isso me desafiei a construir este texto, que faz parte do roteiro que apresentei na mesa desafios do feminismo no Brasil. O direcionamento deste texto é um olhar para o campo e principalmente para políticas públicas do campo que ajudam no protagonismo e empoderamento das mulheres agricultoras.

O campo brasileiro e o movimento sindical não se diferenciam da cidade e dos demais movimentos urbanos, tendo no seu contexto histórico o patriarcado e o conservadorismo como o ponto de partida. Porém, com a luta das mulheres agricultoras por emancipação, fomos conquistando respeito, autonomia e os espaços políticos. O primeiro foi o direito a se sindicalizar e um dos últimos foi garantir, em deliberação congressual, a paridade de gênero na composição da direção da CONTAG, aplicada a partir da gestão 2017- 2021. Ao mesmo tempo, seguimos na busca por melhores condições de viver no campo. Lutamos por crédito, por educação do ensino infantil ao superior, e por saúde e previdência, dentre outras políticas. De acordo com a Plataforma Política Feminista¹, no período de 1990 até o início dos anos 2000, as trabalhadoras rurais se articularam em nível local, nacional e internacional através de lutas que lhes garantissem direitos, concretizados

1. Documento elaborado coletivamente pelas organizações de mulheres e militantes feminista durante o ano de 2001, aprovado na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 2002.



em políticas e ações efetivas. Em 2002 o Brasil passava por processo eleitoral e 2003 assumiu um governo democrático e de esquerda que, já no introdução do seu plano de governo, trazia *“Nosso governo vai agir no sentido de fortalecer e ampliar as conquistas até agora alcançadas pelas mulheres e atuar para favorecer a construção de uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres. Relações mais plurais e democráticas, baseadas na equidade, sem os preconceitos de raça e etnia e com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social”*. E assim, para as mulheres agricultoras e para a juventude que vive no campo, lançou-se no começo de 2003 II Plano Nacional de Reforma Agrária, que apresentava em seu texto garantias de direitos às mulheres trabalhadoras rurais através de políticas que oportunizassem a sua participação em várias esferas de vida.

O Plano Nacional de Reforma Agrária abraçou o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social.

No mesmo ano de 2013 foi lançado o I Plano Nacional de Política para as Mulheres, executado pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM). No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi criado também o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) que depois se transformou na Diretoria de Política para Mulheres Rurais, no qual tinha como propósito atuar no desenvolvimento de políticas públicas que buscam promover os direitos econômicos das trabalhadoras rurais, das populações indígenas e das comunidades quilombolas, através do apoio à

produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania através do acesso à documentação civil, participação e controle social. Esses espaços institucionalizados dentro do governo demonstram o quanto estávamos crescendo e ocupando o espaço na sociedade buscando a igualdade de gênero. Tínhamos consciência que ainda precisávamos avançar e muito.

Além desses espaços, o povo do campo estava conquistando mais políticas públicas sociais como: educação, saúde, habitação rural entre outras. Ainda não era o campo que esperávamos, mas já havia avançado muito, principalmente em relação à questão da fome: o Brasil saiu do mapa da fome e cresceu economicamente.

Nas políticas públicas tomo como exemplo a educação do campo e a saúde. A política de educação do campo comemora 20 anos de existência agora em 2018, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ela foi criada no Governo Fernando Henrique e consolidada no Governo Lula com orçamento e garantia em leis². Em 2004 foi instituída dentro do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) onde desenvolve o PRONACAMPO. Esse programa tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente os estados, o Distrito Federal e os municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrut-

2. Lei n.º 11.947/2009, art. 33º, que dispõe sobre a instituição do PRONERA no MDA/Incra e as normas de funcionamento, execução e gestão do Programa; - Decreto n.º 7.352/2010, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, art. 11-18.



tura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. O programa é dividido em quatro eixos e um dos mais significativos para o campo é segundo: Formação inicial e continuada de professores, no qual as universidades ofertam os cursos de licenciaturas do campo. Precisamos de profissionais que falem a nossa linguagem, que demonstrem a nossas crianças e jovens que o campo é um lugar bom de viver e que não incentivem o êxodo rural.

Na saúde a Contag sempre defendeu o Sistema Único de Saúde (SUS), pois 100% do seu público é atendido por este sistema. O programa Mais Médicos foi de suma importância para as áreas rurais, assim como os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador Rural são essenciais para vida da mulher e do homem do campo. Ainda que não funcionem da forma como desejamos, já é um grande passo a existência desses centros de referência, que reivindicaremos para todos os municípios.

Estávamos na luta para melhorar essas conquistas e conquistar outras tantas. Porém o golpe jurídico-parlamentar-midiático destituiu a Presidenta Dilma, legitimamente eleita nas eleições de 2014. E com ela nos retiraram, sem nos deixar contra argumentar, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretária Nacional da Juventude, o Ministério do Desenvolvimento Agrário... Começaram a trabalhar para aplicar uma reforma da Previdência que coloca a culpa nos trabalhadores rurais pelo rombo que dizem existir em suas contas. Dizem que querem igualar a idade de aposentadoria das mulheres com as dos homens, sabendo que nós mulheres temos duas jornadas, já que na maioria das casas brasileiras as mulheres são quem cuida dos

afazeres domésticos. A reforma previdenciária não foi feita, mas está na mira para ser efetivada logo após as eleições.

O governo Temer iniciou um movimento de retrocessos nas conquistas sociais tanto do último período quanto aquelas asseguradas na Constituição Federal de 1988 que sequer foram totalmente implementadas na qualidade necessária. Lograram colocar o país em um novo patamar de disputa por um projeto nacional e soberano. E que nos demonstraram que o impeachment se constitui em um Golpe de Estado promovido e sustentado pelo patriarcado empresarial, pelos meios de comunicação de massa, com destaque para a Rede Globo, e de setores do parlamento burguês, os deputados da chamada bancada do “Boi, Bala e da Bíblia” (latifundiários, empresários e religiosos fundamentalistas de várias procedências), além do sistema jurídico. O golpe foi dado na nação brasileira, no campo e na cidade.

Vivemos, por 13 anos, tempos de direitos, de exercícios de direitos e de acessos aos direitos constitucionalmente previstos. Lutaremos com ainda mais força e mais sabedoria. Não aceitaremos nenhum retrocesso e caminharemos junt@s até que tod@s se tornem livres, nenhum direito a menos.

Bibliografia

NASCIMENTO, Silvana Magali Vale. O desenvolvimento do capital e os impactos nas relações de gênero.

CARMUÇA, Silva. O patriarcado e a situação das mulheres.

Documentos: Plano de governo de LULA – 2002; II Plano Nacional de Reforma Agrária; I Plano Nacional de Política para as Mulheres



Feminismo e internet: desafios a partir da relação entre as “redes” e as “ruas”

Priscilla Brito

Há alguns anos, vivemos um período histórico de muita visibilidade das lutas feministas, que com sua pluralidade de debates, experiências e formas de ação colocaram as questões ligadas à gênero e sexualidade no centro do debate político contemporâneo. No contexto eleitoral recente, temas como educação sexual nas escolas e legalização do aborto permearam as disputas entre os candidatos. Além disso, houve as mobilizações #EleNão, em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL/RJ) à presidência. Reconhecido pelas suas posições polêmicas e contrárias às defendidas pelo movimento, o candidato foi alvo de uma ação política feminista ao mesmo tempo virtual e presencial, nas redes e nas ruas. O uso da expressão #EleNão lembra outro momento político, quando a campanha #ForaCunha se opôs às ações de Eduardo Cunha (PMDB/RJ) na presidência da Câmara Federal e ao Projeto de Lei 5069/2013, de sua autoria. A campanha deu origem a um ciclo de protestos que ficaram conhecidos como Primavera das Mulheres.

#EleNão e #ForaCunha são exemplos de usos da internet pelas feministas que vão além da comunicação midiática, para a difusão e debate de ideias. São ações de mobilização que impulsionam manifestações nas ruas, processos que apesar de cada vez mais frequentes, são pouco compreendidos por nós, ativistas e pesquisadoras do campo feminista. Internet e feminismo são palavras-chave de formas de ação política que sabemos ser importantes no cenário político nacional e internacional, mas ainda são poucas as pesquisas dedicadas a analisar suas relações.

Para contribuir nesse sentido, aproveitei a provocação do debate sobre os “Desafios atuais do feminismo no Brasil”, para o qual fui convidada para falar do tema “feminismo e internet”, e sistematizei algumas reflexões sobre essa relação. Neste artigo, quero destacar três questões, que podem nos ajudar a pensar sobre o que é possível fazer no cenário político pós-eleições e diante da emergência do fascismo, preocupações que surgiram no debate.

A primeira é sobre qual é o impacto da internet na formação das novas gerações políticas feministas. Há mudanças nas formas de estar no movimento em relação a outros períodos históricos, mas que não se restringem à juventude, nem são novidades por completo, por isso recorro ao conceito de gerações políticas. A segunda questão está mais relacionada à minha pesquisa do mestrado, que é como se dá a interação entre “ruas” e “redes” no movimento feminista. Nesse ponto, tomo “online” e “off-line” ou “real” e “virtual” como aspectos da nossa experiência social cotidiana, que embora se caracterizem por códigos de comportamento diferentes, não são dimensões polarizadas, opostas ou sem relação. Por fim, proponho uma reflexão sobre o papel das feministas que inicialmente são responsáveis por chamar e mobilizar outras, pois a forma como elas usam as ferramentas virtuais são novidades nas formas de organização e de conhecimento sobre os repertórios disponíveis para a ação.

O tema da relação entre internet e feminismo faz parte da minha própria experiência como feminista e passa também pelo trabalho na Secretaria Executiva da Universidade Livre Feminista. Foi a partir das inquietações que essas experiências me provocaram que desenvolvi a minha pesquisa de mestrado, com foco nos usos da internet para a mobilização das



manifestações no Rio de Janeiro contra o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), o #ForaCunha, e o Projeto de Lei 5069/2013, a Primavera das Mulheres (BRITO, 2017). O PL restringia o acesso das mulheres vítimas de violência ao serviço de aborto legal no SUS e na semana do dia 21 de outubro de 2015, entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal (CCJ).

#ForaCunha e #EleNão são dois casos emblemáticos de uma conjuntura polarizada, marcada pela resistência das mulheres ao fortalecimento de grupos conservadores, religiosos e fascistas na política institucional. Entender os mecanismos, os limites, desafios e as consequências do uso de determinadas ferramentas virtuais e tecnológicas para a ação política feminista são formas de usar nossas reflexões a serviço dessa resistência.

A Web 2.0 é o marco de formação de uma nova geração política feminista?

Autoras feministas recorrem a conceitos como “ondas”, “tendências” ou “gerações” para dividir a história do feminismo a partir de mudanças teóricas e/ou maior ocorrência de manifestações públicas. Hoje, estamos vivendo um desses momentos, em que há uma pluralidade grande de temas atravessando o movimento, como a questão racial, de identidade de gênero e das formas de violência sofridas no espaço público, além da ocorrência de diversas manifestações nas ruas. A mídia propaga com frequência que seria um “novo” feminismo, quase sempre citando os numerosos grupos, canais, páginas das redes virtuais. Lembro bem de uma matéria da Revista do Globo de 2015, que trazia na capa: “novo feminismo: mais leve, plural e pop”, que chamava a atenção para os debates que aconteciam nesses grupos.

A pesquisa que fiz se concentrou no Facebook, que foi o principal espaço de articulação para os protestos da Primavera das Mulheres. Trata-se de uma rede social privada criada em 2004, por onde circulam informações entre redes de contatos e que proporciona intensos estímulos interacionais às pessoas. O acesso é possível através de um cadastro, que baseia o perfil pessoal. Através deste perfil, a pessoa pode procurar por amigos/as ou conhecidos/as e estabelecer conexões através de solicitações de amizade. Além do Facebook, outras plataformas, como Twitter, Instagram e, mais recentemente, o Whatsapp, se tornaram muito populares e têm como principal atrativo o fato de o acesso a elas por perfis pessoais não serem pagos. As empresas proprietárias dessas plataformas baseiam seus lucros na publicidade dirigida, ou seja, oferecem as informações das pessoas que as utilizam para que as empresas possam direcionar sua publicidade a públicos específicos dentro dessas mesmas plataformas.

Apesar da internet estar presente nas nossas vidas desde os anos 1990, foi só a partir da chamada WEB 2.0, caracterizada por plataformas de interação constante, que as que ela passa a fazer parte do cotidiano das pessoas de uma forma diferente de outras mídias comuns até então. Elas tiveram grande impacto nas nossas formas de sociabilidade, por produzirem novas formas de publicação, possibilitarem o compartilhamento rápido de informações e oferecerem ferramentas de interação cada vez mais acessíveis e intuitivas.

A disponibilidade da internet para a uma parcela grande da população mundial não é, portanto, definidora, mas tem impacto nas formas de sociabilidade e, conseqüentemente, de ação política. Ao pesquisar sobre as campanhas feministas que fizeram sucesso nos últimos anos e observar os eventos feministas que



impulsionaram as manifestações da Primavera das Mulheres, tive a impressão de estar acompanhando o registro de formas de ação que, como já apontavam as teóricas feministas há muito tempo, não colocam público e privado como esferas apartadas. As plataformas usam a memória de processos em que as experiências pessoais e políticas se fundem e evidenciam que não é só no espaço público que a disputa democrática acontece. A ação feminista cotidiana, que não se expressa em grandes manifestações sempre ocorreu. Mas com as plataformas, temos uma amplitude maior das interações possíveis e o registro de como algumas delas acontecem.

Quando me deparo com os textos sobre o feminismo atual, a internet aparece como um elemento citado, mas seu impacto não é incorporado à análise. Em contrapartida, muitos autores que pesquisam a relação da internet com outros movimentos sociais, parecem entusiasmados com as possibilidades de mobilização que ela traz. A partir do que observei, argumento que a internet não influenciou o surgimento de um “novo feminismo”, mas as estruturas e formas de interação que ela fez surgir são parte das referências de uma nova geração política. Digo isso porque apesar de precisarmos integrar as questões trazidas pelo uso da internet às nossas análises, também não podemos reduzir à internet a diferença entre o momento atual e os anteriores. Se fizermos isso, perdemos de vista a importância da conjuntura política mais ampla, as transformações sociais relacionadas à gênero raça, sexualidade, aos direitos conquistados, dentre outras questões.

Uso o conceito de geração política para definir o feminismo como “novo” ou “jovem” porque geração também leva em conta o tempo social e histórico em que o sujeito se engaja em uma causa ou movimentação (GONÇALVES,

2016). Esse momento de entrada é um marco referencial importante para o processo de formação de identidades. Uma mesma geração reúne, por exemplo, as feministas que viveram os anos 1990, que começaram a usar a internet cotidianamente na adolescência ou na idade adulta, e que, portanto, tem experiências políticas anteriores ao surgimento da WEB 2.0. Uma das mulheres que eu entrevistei para a pesquisa do mestrado falava de como era fazer a convocação de manifestações no mimeógrafo e usar o rádio como principal veículo de difusão. Outras mulheres cresceram em um mundo em que o uso de aparelhos eletrônicos para a comunicação já estavam difundidos e são usados para todo o tipo de atividade, com muito mais velocidade a alcance para as informações. São gerações com distintas experiências sobre como comunicar uma causa ou uma manifestação, ainda que no presente as ferramentas disponíveis sejam as mesmas. Além disso, são gerações que viveram momentos políticos diferentes, como o do fim da ditadura, da democratização, das consequências dos planos econômicos dos governos FHC, Lula e Dilma, dentre outros processos que formam suas identidades e suas possibilidades de engajamento em coletivos. Essas gerações convivem, agem a partir das suas referências políticas, que não se excluem e não se contrapõem, podem estar em paralelo ou em conjunto. Além de nos ajudar a pensar nos processos de formação de identidades, o conceito de gerações nos ajuda a superar a divisão histórica em ondas, metáfora na qual os temas ou as formas de ação parecem obedecer a um fluxo de substituição (GOMES e SORJ, 2014).

Qual a relação entre as “ruas” e as “redes” no feminismo?

A segunda questão é sobre relação entre as “ruas” e as “redes”, ou seja, entre a ação política feminista nos espaços públicos e em plata-



formas de interação social como o Facebook, o Twitter e o Instagram. Na mesma semana em que os protestos da Primavera das Mulheres começaram a ser organizados, por exemplo, circularam nos espaços virtuais as campanhas #primeiroassédio, “Cunha sai, pílula fica”, e um debate relacionado à redação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sobre problema da violência contra as mulheres na sociedade brasileira (BRITO, 2017). Nessas campanhas, fica nítido como internet acelera o processo de difusão das informações, tornando os processos políticos igualmente rápidos e dinâmicos. Os aplicativos das plataformas disponíveis no celular, instrumento de uso individual e constante, permitem essa difusão de forma descentralizada e com origem nem sempre rastreável. Qualquer pessoa pode modificar e transformar a informação para compartilhar e, inclusive, muitas vezes o sucesso da campanha depende do nível de personalização das mensagens. Como característica mais geral das plataformas, que em geral interessa mais às empresas mas que pode influenciar os processos políticos no futuro, está a monetização através da coleta de informações das mensagens trocadas, usada para o direcionamento estratégico das mensagens de marketing ou para a formação de preferências.

Por todas essas características, alguns autores argumentam que as plataformas da chamada Web 2.0 não são apenas objetos, instrumentos ou meios, pois as formas de comunicação nelas tem um impacto nas nossas subjetividades, na nossa forma de compreensão dos processos políticos e na nossa relação com o tempo e o espaço (BRITO, 2017). No que toca à relação entre elas e as ruas, nas entrevistas que fiz apareceu um sentido de urgência: para que o protesto acontecesse, a convocação deveria ser lançada no momento em que surgisse um fato importante. No caso da Primavera das Mulheres, no dia em que saiu a notícia sobre

a possibilidade do PL 5069/2013, mulheres que não tinham relação entre si criaram, por conta própria, eventos no Facebook.

Nos últimos anos, protestos mundialmente famosos que tinham como base essa relação entre virtual e presencial. É o caso da chamada Primavera Árabe, dos Indignados da Espanha, do Occupy Wall Street e, no Brasil, das Jornadas de Junho de 2013. Paolo Gerbaudo (2012) estudou essas manifestações, e a partir das observações que fez argumenta que a função de espaços como os dos eventos do Facebook, não torna a organização do protesto mais horizontal, e sim cria o que ele chama de “coreografia”. Não se trata de criar uma comunidade, com identidades ou valores compartilhados, mas sim de organizar a reunião das pessoas que se identificam com uma causa. A coreografia, nesse caso, não ressalta somente o aspecto corporal que os protestos têm, como acontece numa dança, mas destaca que o modo como as mensagens circularão pelas mídias influenciarão a preparação da “cena”. Muitas manifestações de pessoas ou grupos levam em consideração que as imagens dos protestos circularão pelas redes através de fotos ou de vídeos e por isso prepararam as cenas para serem registradas.

Em diversos protestos feministas no Rio de Janeiro aparecem, por exemplo, a preocupação para que a faixa de abertura não seja ligada a um único grupo; que as mulheres negras tenham uma posição de destaque; que haja espaço para a participação de crianças; além da discussão sobre se deve ou não ter um carro de som e se haverá ou não falas de parlamentares e outras lideranças políticas. São questões que apareceram em cena e que representam uma série de debates cotidianos do movimento sobre como tornar visível a pluralidade do movimento e ao mesmo tempo garantir a capacidade de criar convergências.



Assim, num contexto de muito fluxo de informações sobre um tema, as pessoas respondem ao chamado urgente para a mobilização. O grande desafio, no entanto, é como poderia ser a mobilização com o passar do tempo, como sustentar o interesse das pessoas quando se esvai esse sentido de urgência, e como garantir que além da disputa pelo espaço público, as manifestações gerem outros efeitos políticos nas instituições.

Qual o papel das mobilizadoras virtuais nas ações presenciais?

A terceira questão que eu me confrontei está intimamente relacionada à anterior, e é sobre o papel que as mobilizadoras iniciais dos eventos desempenham. Quando fui à campo, sempre que pensava na ideia de “liderança política”, imaginava uma pessoa em cima de um carro de som, fazendo uma fala estruturada, ou em uma posição de destaque com um megafone, que parte da ideia de que liderança é a pessoa capaz de conduzir uma manifestação. Mas hoje, esse papel nas manifestações feministas mudou. Diferente de outros protestos, como os dos sindicatos, não é preciso ser uma organização reconhecida, legitimada como representante de determinado setor, ou estabelecida entre as instituições políticas.

Para as mulheres que entrevistei, os eventos inclusive parecem ter um alcance maior se criados por perfis individuais e não por páginas de organizações políticas, o que mostra a importância da mobilização de redes pessoais nesse tipo de protesto e a descentralização dos efeitos dessa mobilização inicial. Teoricamente, qualquer pessoa pode criar um evento para um protesto. Na prática, é preciso ter acesso a internet, um perfil registrado na plataforma com uma rede de contatos já feita, e que consiga convencer seus contatos a aderirem – o que observei que depende de se

posicionar com frequência sobre temas políticos e relacionados aos protestos. Nos eventos que observei dos protestos da Primavera das Mulheres no Rio de Janeiro, foi havia um empenho das organizadoras em sustentar a dinâmica dos eventos online, respondendo às questões que outras pessoas colocavam, articulando mensagens conjuntas, divulgando as novidades.

Além disso, esses processos virtuais exigem que as pessoas sejam capazes de criar mensagens simples, personalizáveis a partir das identidades de pessoas e grupos, compartilháveis e que comuniquem o sentido de urgência de um fato político. E para convergir diferentes grupos políticos, atuam também mulheres capazes de “montar” a manifestação na rua respeitando as expressões dos diferentes grupos. As organizadoras dos eventos ou páginas que impulsionam as mobilizações atuam assim como “coreógrafas” da rede (GERBAUDO, 2012), aquelas que conseguem fazer o chamado circular com mais amplitude, montam o cenário para que as pessoas ou grupos façam suas performances e ocupem criativamente no espaço. E elas não tem controle sobre os resultados dessas manifestações. Em um estudo sobre as manifestações #NiUnaMenos, contra casos de feminicídio na Argentina, uma das entrevistadas afirmou: “Quando se lança às ruas uma campanha como essa, você chuta a bola pra frente e ela já não lhe perence” (ANNUNZIATTA et al., 2016 apud BRITO, 2017).

A continuidade dos processos depende dos vínculos estabelecidos a partir da mobilização e da própria ação na manifestação. Ciclos de protestos não duram muito, ainda que seus efeitos possam ser percebidos a longo prazo. Mas os vínculos criados são importantes, e muitas vezes melhor sustentados por organizações e movimentos já estabelecidos. Há



uma dificuldade grande de quem não está inserida em nenhuma organização de se manter como mobilizadora, mas aquelas que tem um espaço cotidiano de atuação, conseguem. Ao mesmo tempo, a partir do momento que organizações estruturadas entram em cena com mais força, nos casos que observei, os protestos diminuem. E os acontecimentos posteriores mostram que não são capazes de barrar derrotas no campo institucional. No caso da Primavera das Mulheres, embora Eduardo Cunha (PMDB/RJ) tenha sido preso, acusado de corrupção, não impediu o golpe que destituiu Dilma Rousseff do poder.

Sobre alguns desafios futuros

De todas as reflexões que me surgiram a partir dessas questões, continuo com três sem resposta, e que podem ser interessantes para pensarmos nossa ação política coletiva futura. A primeira é que a forma como as informações são compartilhadas – marcada pela rapidez e descentralização da informação – pode levar a uma superficialidade excessiva na relação das pessoas com os temas da política, e isso só favorece os grupos conservadores, que usam conteúdos do senso comum para promover o preconceito. A ação política feminista questiona os diferentes aspectos da nossa experiência social, não só a pública, a da disputa democrática, mas também os diferentes aspectos da nossa vida. Parece, portanto, um desafio de comunicar nossas pautas, dar continuidade à nossa ação, num contexto em que as informações circulam dessa maneira. Apesar de termos tido sucesso em mobilizações recentes, perdemos espaços institucionais importantes.

Outro desafio é que em grande parte, nossa relação com a internet se dá de forma monetizada. As plataformas de interação mais populares, os serviços de e-mail, as tecnologias

que usamos, tudo gera um fluxo de informações usado para influenciar nosso consumo. Seria possível estabelecermos uma relação antipatriarcal, anticapitalista, antirracista e numa perspectiva crítica? Ou ao menos, seria possível promover uma ação política baseada nesses princípios usando plataformas tão orientadas para o lucro como são as usadas em larga escala hoje?

Decidi propor essas questões, para as quais não tenho resposta, ao invés de uma conclusão porque vivemos tempos tão difíceis, de tamanha desinformação, que até o ato de refletir coletivamente parece ser uma forma de resistência.

Bibliografia

- BRITO, Priscilla Caroline S. “Primavera das Mulheres”: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no rio de janeiro em 2015. Dissertação de mestrado, PPGSA/UFRJ, 2017.
- GERBAUDO, P. Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. . Rev. Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.
- GONÇALVES, E. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. Revista Brasileira de Sociologia, v. 4, n. 7, p. 342-370, 2016.



Autoras

Carmen Silvia Maria da Silva integra o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. É doutora em sociologia (UFPE) e estuda participação política das mulheres e feminismo popular. É autora do livro “Feminismo popular e lutas antissistêmicas” (Recife, Ed. SOS Corpo, 2016).

Juliana Borges é escritora, colunista do Blog da Boitempo e estuda sociologia e política na FESPSP, onde pesquisa na área de Antropologia. É autora do livro “O que é encarceramento em massa?” da coleção Feminismos Plurais (Belo Horizonte, Justificando/Letramento, 2018).

Edjane Rodrigues Silva é sindicalista e atual Secretária de Política Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG).

Priscilla Brito é bacharel em Ciência Política (UnB) e mestre em Sociologia e Antropologia (UFRJ). É pesquisadora das áreas de gênero e movimentos sociais.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-052-7



9 788595 650527